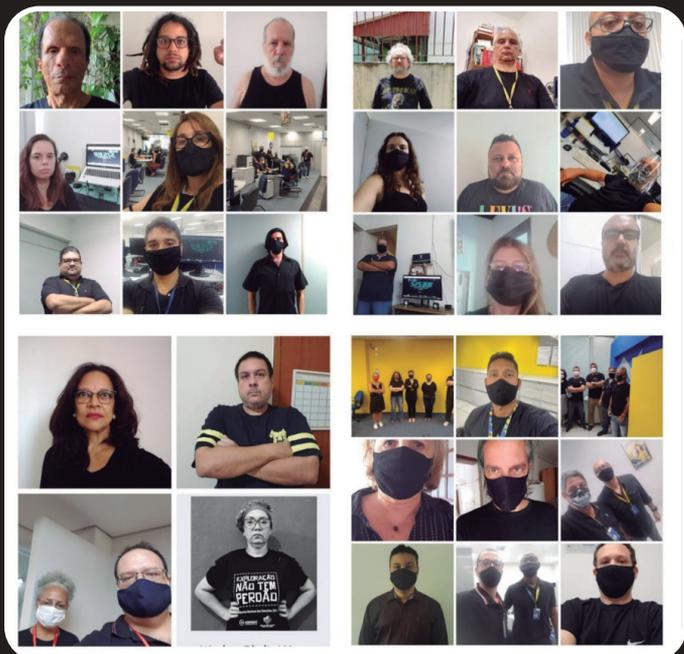




## Dia 21 tem mais pressão contra o desmonte do Banco do Brasil



*Adesão ao dia de Luto aumentou a pressão contra o desmonte*

A forte participação dos funcionários do Banco do Brasil no Dia de Luto, dia 15 último, mostrou o caminho para barrar o plano de desmonte da estrutura do BB, anunciado no último dia 11. A mobilização serviu para pressionar a diretoria da estatal e o governo Bolsonaro, que entraram em crise por discordar de aspectos da redução da estrutura do BB, que teriam impacto negativo em bases de parlamentares ligados ao presidente. E, como consequência, nas eleições para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Mas a pressão tem que aumentar. Para isto, já está marcado para a próxima quinta-feira (21/1), um Dia Nacional de Luta Contra o Desmonte e em Defesa do Banco do Brasil. A organização deste dia de mobilizações será definida em reunião da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB (CEBB), nesta terça-feira (19/1). A luta conta com o apoio das centrais sindicais e de partidos de oposição que têm, neste momento, papel decisivo nas eleições da Câmara e Senado.

O plano prevê reduzir em 5 mil o número de funcionários, fechar quase 400 agências e transformar outras 300 em pequenos postos de atendimento. Será um desastre para a população que terá que permanecer, em plena pandemia, por mais tempo nas filas, onde houver agência, e também para a recuperação da economia. O impacto será maior, sobretudo, nas pequenas cidades e localidades mais carentes, que poderão ficar sem qualquer agência bancária.

### Redução da remuneração

No que tange aos funcionários, o plano tem uma lógica extremamente perversa atingindo a todos. Além das 5 mil demissões, para os que ficam, a opção é um corte profundo na remuneração. Com o fechamento de agências, ou a sua transformação em postos de atendimento e a extinção da função caixa, serão obrigados a procurar cargos à disposição. Os que não conseguirem perderão muito do seu poder de compra, e os que conseguirem, vão passar para uma gratificação menor, até em função do programa Performa, que reduziu o valor das funções.

“A saída para esta armadilha é pressionar, é participar das mobilizações a fim de reverter, ou no mínimo, abrir um canal de negociação, para discutir a manutenção dos empregos e direitos”, defendeu a dirigente do Sindicato e da CEBB, Rita Mota. Lembrou que a redução da massa salarial terá impacto negativo também sobre a Previ e a Cassi. “Temos que reagir agora, ou, mais à frente, vamos ter dificuldades a serem cobertas com o aumento da nossa contribuição”, afirmou. A redução terá impacto, ainda, sobre o FGTS.

## Bancários Rio, 91 anos. Comemoração numa hora dessas?

E lá se vão 91 anos desde que o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro começou a escrever sua história. Ultrapassamos a marca de nove décadas de atuação em defesa dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores. Os tempos são duros, o presente é de pandemia e o futuro preocupa. Mas sim, é preciso celebrar porque o que foi construído até aqui não foi pouco. Somos um dos maiores sindicatos do Rio de Janeiro e estamos entre os maiores do país. Caminhamos nesses muitos anos atravessando momentos muito, muito difíceis: crises, desemprego, revolução tecnológica, repressão da ditadura e agora uma pandemia que assola o país desgovernado.

Nossa luta nunca foi fácil. Temos feridas abertas como a perda do presidente Aluizio Palhano, assassinado por enfrentar a ditadura. Mas temos também nele inspiração para seguir, mesmo quando tudo parece tão difícil. Foi assim que conquistamos muitos de nossos direitos como por exemplo PLR, jornada de seis horas, 13ª cesta de alimentação, licença paternidade estendida e, mais recentemente, acordos específicos sobre home office, com garantias não previstas na legislação. E é assim que temos conseguido preservá-los nesses tempos em que tantas categorias têm cortadas suas conquistas, perdendo direitos.

Aos 91 anos, o Sindicato dos Bancários se vê diante do enorme desafio de manter e, em alguma medida, reinventar a organização das (os) trabalhadoras (es). Um trabalho de reconstrução sindical e que precisa ser realizado em novas bases. Temos nos inspirado no passado mas buscado com determinação, novas formas e ferramentas para enfrentar um presente complexo e um futuro de incertezas. O sistema financeiro está em mutação e as respostas antigas para estabelecer diálogo e negociação já não servem mais. Nossa atuação nas redes sociais, nosso mergulho na comunicação virtual, mas sem perder a oportunidade de conversar no velho estilo “olho no olho” com bancários e bancárias, a incorporação de companheiros e companheiras mais jovens da nossa base, por exemplo, têm sido decisivos para entender e reagir, junto com a categoria, nesse momento. O home office e a reestruturação da profissão são temas que exigem atualmente nossa dedicação e aprofundamento. Não é uma luta simples e temos nos aprimorado com apoio de assessoria técnica para traçar estratégias eficazes de defesa de nossos direitos diante dessa conjuntura. Da mesma forma, as demissões em massa e o ataque aos bancos públicos por um governo pautado na destruição requerem articulação e atuação firme.

Sim, os 91 anos são ao mesmo tempo de luta e de celebração. Seguiremos rumo aos 100 anos com alegria e determinação. O Sindicato não é da sua diretoria. O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro tem orgulho de ser de todas (os) as(os) bancários e bancárias do município. É a nossa casa. É a nossa arena de luta e de conquistas. E ainda temos muita história pela frente. Ao completar seis anos desses 91 na presidência do Bancários Rio, deixo meu agradecimento a cada uma e cada um que faz parte dessa história. E o convite aos demais para que se juntem a nós. Sigamos junt@s!

*Adriana Nalesso, presidenta do Sindicato dos Bancários Rio*



## Edital de Assembleia Geral

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por sua Presidenta abaixo assinada, nos termos do Art. 47 e seguintes de seu Estatuto, CONVOCA todos os associados, em pleno gozo de seus direitos sociais e estatutários, na base territorial deste Sindicato para se reunirem em Assembleia Geral, no dia 25 de janeiro de 2021, às 18h em primeira convocação e às 18h30min em segunda e última convocação, que se realizará de forma remota/virtual, na forma disposta no site [www.bancariosrio.org.br](http://www.bancariosrio.org.br) (página oficial do Sindicato na Internet), onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para deliberação, para discutirem e deliberarem, conforme art. 49 do Estatuto da Entidade, sobre a seguinte ordem do dia:

- Deliberação sobre a instauração do processo eleitoral para escolha do novo Conselho Diretivo, incluindo Diretoria, Conselho Fiscal e demais órgãos do Sindicato;
- Eleição da Comissão Eleitoral que acompanhará todo o processo eleitoral junto a atual Diretoria do Sindicato.
- Deliberação sobre o Regulamento Eleitoral, que definirá todas as datas, regras e procedimentos a serem adotados para o pleito;

Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2021.

Adriana da Silva Nalesso  
Presidenta

## Cipa do Itaú Almirante Barroso

A inscrição para a eleição dos representantes dos bancários do Itaú da Avenida Almirante Barroso na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) acontecerá de 5 a 22 de fevereiro. Fique atento. A divulgação dos inscritos será dia 26 daquele mês e a eleição de 10 a 12 de março. A apuração vai ser feita no final do segundo dia de votação e a posse dos eleitos, em 20 de março.

# Insistência em desmontar setor público agrava crise econômica

Os gestores das empresas multinacionais podem ser tudo, menos despreparados. A saída das três fábricas da montadora Ford no Brasil, da fábrica da General Mills de Nova Prata (RS) – responsável pela marca Yoki – da Sony de Manaus e de 11 lojas da gigante varejista Forever 21, todas anunciadas neste mês de janeiro aconteceram devido à insistência do governo Bolsonaro em manter a política de contração da atividade econômica, aprofundando o ajuste fiscal, o que inviabilizará a retomada da atividade econômica, seja em função do gigantesco corte de investimentos públicos, das reformas, do desmonte do setor público – serviço público e estatais – seja com demissões em massa no segmento, redução de sua estrutura e privatizações. Tudo isto, agravado pela pandemia do novo coronavírus.

A crise é anterior à pandemia. Um levantamento do IBGE divulgado em outubro passado mostra que o Brasil fechou mais empresas do que abriu nos últimos anos. Esse quadro é reflexo do cenário econômico brasileiro. Em 2019, pela primeira vez, o país desapareceu do Índice Global de Confiança para Investimentos Estrangeiros, publicado pela consultoria americana Kearney. A partir de entrevistas com 500 executivos das maiores multinacionais, o índice mede a perspectiva de investimento nos próximos três anos.

Ao contrário de outros países que investiram pesadamente recursos pú-



*Juntos, Bolsonaro e Guedes estão afundando o Brasil*

blicos para combater a crise social e econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus o governo do Brasil investiu muito pouco. E o fez reclamando, repetindo que a solução para a crise seria o ajuste das contas públicas, com mais reformas, mais cortes de investimentos públicos; recusando-se a investir na vacinação contra a covid-19; na manutenção do auxílio emergencial e desmontando a estrutura de setores importantes do serviço público, como o Sistema Único de Saúde (SUS), do INSS e estatais como o Banco do Brasil.

### MAIS DESMONTE DE ESTATAIS

Mas o desmonte das estatais não para por aí. A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) aprovou oito PDVs para 2020 e 2021: BB; Banco Na-

cional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Banco do Nordeste (BNB); Caixa; Correios; Dataprev; Finep; e Serpro. Segundo a Secretaria, a Petrobras também divulgou a abertura de PDV, mas a empresa não necessita submetê-lo à Sest.

Esther Dweck, professora de Economia da UFRJ, frisou que as privatizações, ao contrário do que diz o governo, não ajudam a resolver as crises econômica e fiscal, pelo contrário, vão agravá-las. “As estatais, sobretudo os bancos públicos, são instrumentos importantes para o investimento na economia e, como são lucrativos, capitalizam o Estado com seus dividendos. Ao desfazer-se delas, o Estado reduz a sua capacidade de investimento e perde na arrecadação de impostos, levando a mais crise”, advertiu.

## Justiça manda Bradesco reintegrar mais um demitido na pandemia

O Jurídico do Sindicato conseguiu mais uma reintegração no Bradesco, baseada no compromisso de não demissão durante a pandemia do novo coronavírus, firmado pelos bancos com o Comando Nacional dos Bancários. A juíza Luciana Gonçalves de Oliveira Pereira das Neves, da 58ª Vara do Trabalho, no último dia 12, entendeu que a dispensa do bancário Bruno de Alvarenga Couto foi ilegal. A inicial da ação foi elaborada pela advogada Ana Paula Moreira Franco.

A juíza frisou que a garantia foi tornada pública pelo banco, através da imprensa, de comunicados aos clientes e se transformou em uma norma interna, ou seja, com força de lei, ao constar do “Relatório de

Capital Humano, 2º Semestre” do banco. A magistrada afirmou que a obrigação é válida também para os demais bancos que, inclusive, participaram e incentivaram o engajamento de empregadores de outros setores no movimento #NãoDemita. O objetivo era manter os empregados em função das dificuldades sanitárias e econômicas da pandemia do covid-19. “O fato é público e notório”, frisou.

Em sua decisão a juíza afirma: “O compromisso assumido pelos grandes Bancos na reunião realizada entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban, de suspender demissões durante a pandemia de Covid-19, é fato público e notório, já que bastante veiculado pela im-

pressão e na mídia digital, além de constar em seu Relatório de Capital Humano”.

A juíza deixou claro que, ainda mais neste momento, em uma situação econômica e sanitária delicada, o Bradesco não pode se furtar de cumprir o que passou a ter valor legal. “As declarações e o compromisso assumidos pelo Réu, foram feitos publicamente e formalmente. A manifestação de vontade do Réu, traduzida no Relatório de Capital Humano, possuem efeitos jurídicos a partir do conteúdo declarado, uma vez que inquestionavelmente repercutem no contrato de emprego, até porque os empregados foram os principais destinatários das declarações e compromissos assumidos pelo réu”.

# BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – Sede – Av. Pres. Vargas, 502/17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – Sede Campeste - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – Secretaria de Imprensa (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável Coletivo de Imprensa: Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) – Editor Interino: Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - Diagramador: Marco Scalzo - Fotos: Nando Neves -

Ilustração: Mariano - Secretário de Imprensa: Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 0

# Ato contra a privatização marca aniversário de 160 anos da CEF



**Ato na Central do Brasil denuncia à população plano de desmonte e privatização da CEF**

A Caixa Econômica Federal também vem passando por um processo de desmonte com privatizações fatiadas, demissões incentivadas e não realização de concurso, apesar do seu importante papel social, evidenciado principalmente durante a pandemia. Como parte das mobilizações contra este processo, os empregados do banco fizeram no último dia 12, data em que a estatal completou 160 anos, uma série de manifestações nos esta-

dos, como parte da campanha em defesa da CEF e pela valorização dos empregados.

No Rio houve três atividades: pela manhã, a apresentação de um esquete da Cia de Emergência Teatral no prédio da CEF, o Aqwa Corporate, no Porto Maravilha, e, ao meio-dia, no Passeio Corporate; e, a partir das 15 horas, um ato público na Central do Brasil, para denunciar a tentativa do governo Bolsonaro de acabar com a Caixa, para benefi-

ciar grupos privados nacionais e estrangeiros. Houve distribuição de bolo para comemorar os 160 anos.

## **METAS NA PANDEMIA**

O diretor do Sindicato e membro da Comissão Executiva dos Empregados, Rogério Campanate criticou a privatização fatiada da CEF e a desumanidade da direção do banco contra os empregados na pandemia. Lembrou que, indiferente aos casos fatais, a diretoria da CEF, além de impor metas nesta situação difícil, mudou para pior os protocolos de prevenção ao covid-19, em julho.

O ato denunciou o caráter desumano da exigência de metas em plena pandemia, período em que a preocupação do governo e da direção da CEF deveria ser em garantir a saúde e a vida dos empregados. O atendimento à população só foi possível devido ao esforço heroico dos empregados, que se desdobraram em jornadas exaustivas mesmo tendo que enfrentar o desinteresse do governo, o risco de contaminação pela covid-19 e o quadro reduzido de

pessoal. Neste período, a única iniciativa do governo foi impor a privatização fatiada do banco e metas abusivas, tendo levado os empregados ao adoecimento.

Também diretor do Sindicato, José Ferreira, falou sobre a importância de dialogar com a população sobre a necessidade de defender a CEF. “Neste dia em que a Caixa completa 160 anos, o Sindicato faz este ato na Central do Brasil, ao mesmo tempo em que dialoga com a sociedade e busca apoio para defender a continuidade da Caixa como banco social e público contra a tentativa do governo atual de entregá-la ao setor privado”, afirmou.

## **A CAIXA É DO BRASIL**

Nas manifestações, os diretores do Sindicato lembraram que a história da Caixa se confunde com a do Brasil. Desde a sua fundação em 1861, tem sido um banco voltado para os setores mais pobres, sendo, também, um poderoso financiador do desenvolvimento econômico do país, presente em 97% dos 5.570 municípios.

# Instalado GT que discutirá custeio do Saúde Caixa

Com representantes dos empregados e da direção da Caixa Econômica Federal, foi instalado no último dia 14, o Grupo de Trabalho Saúde Caixa. Apesar de previsto no acordo coletivo assinado em setembro passado, o banco somente agora fez a primeira reunião do GT. O diretor do Sindicato, Sérgio Amorim, é o representante do Rio de Janeiro.

Foi uma reunião para estabelecer critérios que nortearão as negociações. Os representantes da diretoria do banco ficaram de apresentar todos os dados relativos ao plano, na próxima quinta-feira (21/1). A finalidade do GT é negociar uma proposta até 31 de julho, para o custeio e gestão do Saúde Caixa, que será submetida à mesa permanente de negociação e, em seguida, aos beneficiários, antes de entrar em vigor a partir de 2 de janeiro de 2022. “O objetivo é firmar uma proposta de con-



**O diretor do Sindicato, Sérgio Amorim, é o representante do Rio no GT**

senso. Mas para que a qualidade do plano seja mantida, é fundamental que todos acompanhem e participem das mobilizações, quando forem convocadas”, explicou Amorim.

## **CONFIDENCIALIDADE**

A direção do banco esclareceu que os representantes dos empregados deverão assinar um

‘termo de confidencialidade’, se comprometendo a resguardar determinadas informações colocadas na mesa sobre o plano. A empresa ficou de apresentar o relatório atuarial do Saúde Caixa do ano passado ao Conselho de Usuários nesta semana.

“Queremos garantir no GT uma proposta comum que garanta a continuidade do plano com suas características atuais, como

a solidariedade e que seja para todos. Qualquer coisa menos do que isto, ou que se aproxime da lógica de um plano privado será rejeitado”, adiantou. O GT deve apresentar um formato de custeio de gestão do Saúde Caixa até o dia 31 de julho de 2021 e, posteriormente, encaminhar o debate das propostas para Mesa Permanente. A Mesa deverá eleger as melhores alternativas. Depois as propostas serão encaminhadas ao conhecimento dos empregados para votação até 31 de agosto de 2021. A mais votada será implementada até 2 de janeiro de 2022. O GT vai se reunir ordinariamente todas as quintas-feiras, das 14h às 16h.

Depois de muitas reivindicações e longas negociações, a Caixa reabriu o Saúde Caixa no dia 8 de janeiro. Esta foi uma das maiores conquistas da Campanha Nacional dos Bancários de 2020 e está no Acordo Coletivo 2020/2022.

# Sindicato faz 91 anos de lutas e conquistas

Foto:Nando Neves

No último dia 17, o Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro completou 91 anos. Em 5 de novembro de 1929, foi criado com o nome de Associação dos Funcionários de Bancos do Rio de Janeiro e transformado, em 17 de janeiro de 1930, em Federação dos Bancários do Brasil, passando esta data a contar como a da criação da entidade sindical.

Em 1931 passou a se chamar Sindicato Brasileiro de Bancários. Na época o Rio de Janeiro era a capital do país. Por isto mesmo, a ideia original era ter uma entidade que representasse a categoria nacionalmente. A diretoria tem feito visitas às agências, presenteando a categoria com uma pequena lembrança, um caderno de anotações com a íntegra da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e



*Diretoria do Sindicato visita agências no mês de aniversário do Sindicato. Na foto a presidenta da entidade, Adriana Nalesso, entrega lembrança a bancária.*

a CCT específica da PLR e um pedaço do bolo de aniversário.

## MUITAS CONQUISTAS

“É fundamental que neste momento,

mesmo não podendo nos reunir para festejar por conta da pandemia, estar presente e comemorar esta data importante junto com a categoria”, frisou a presidente do Sindicato, Adriana Nalesso.

Adriana acrescentou que a comemoração é importante por ter a entidade levado a categoria a garantir ao longo destas décadas, diversas conquistas. E por juntamente com vários outros setores da sociedade, participar da coordenação das lutas nacionais mais gerais que garantiram avanços para o país, como as mobilizações contra o regime militar, em defesa da democracia, a anistia, o Fora Collor, contra as privatizações e por direitos válidos para todos os trabalhadores. Vários companheiros foram presos, torturados e mortos, como o ex-presidente do Sindicato, Aluizio Palhano.

## Um pouco da história do Sindicato

- **1930** - Fundação da Federação que deu origem ao Sindicato.
- **1933** – Conquista da jornada de seis horas.
- **1961** – A maior greve dos bancários até então, conquistando anuênio, salário profissional, gratificação de função e a data-base de 1º de setembro
- **1963** – Extinto o trabalho aos sábados.
- **1964** – Golpe de Estado intervém nos sindicatos, prende dirigentes e proíbe greves.
- **1971** – O então presidente do Sindicato, Aluizio Palhano é preso e assassinado pela ditadura.
- **1979** – Eleita diretoria de oposição ao regime. Primeira greve bancária durante a ditadura militar.
- **1980** – A ditadura começa a se enfraquecer diante da pressão popular e das greves que se multiplicam. O Sindicato volta a organizar-se pela base com grandes assembleias e greves. Fundado o PT.
- **1981** – Sindicato articula campanha em defesa das estatais, entre elas o Banco do Brasil, cujos trabalhadores estavam com direitos ameaçados pelo governo. A mobilização unificada derruba o pacote.
- **1983** – Fundada a CUT.
- **1984** – Sindicato participa da coordenação do movimento “Diretas, já!”
- **1985** – Greve garante que funcionários da Caixa Econômica Federal passem a ser considerados bancários. Com luta, Banco Sul Brasileiro é estatizado e passa a se chamar Meridional.
- **1991** – Unificação dos pisos salariais. Sindicato lidera a campanha nacional que culminou com o impeachment do então presidente Fernando Collor.
- **1992** – Criada a Confederação Nacional dos Bancários (CNB) que assina a primeira Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) válida

para todo o país.

- **1994** – Categoria bancária conquista o vale-alimentação.
- **1995** – Bancários são a primeira categoria a conquistar a PLR. Lutam contra o plano neoliberal implantado pelo governo Fernando Henrique Cardoso que tem como um dos pilares as privatizações.
- **1997** - No Rio, o governador Marcelo Alencar entrega o Banerj ao Itaú.
- **2000** – Cláusula sobre igualdade de oportunidades é incluída na CCT
- **2003** – Primeira campanha salarial unificada da categoria bancária, incluindo funcionários do BB e da Caixa. Após greve, trabalhadores dos bancos públicos conquistam a mesma PLR dos bancos privados.
- **2006** – Criada a Contraf-CUT. Funcionários do BB e da CEF passam a fazer parte da CCT.
- **2007** – Garantida 13ª cesta-alimentação e valor adicional à PLR.
- **2009** – Licença-maternidade de 180 dias e extensão de direitos aos casais homoafetivos.
- **2011** – Proibição da publicação do ranking de cumprimento de metas.
- **2014** - Bancos passam a custear exames de CPA-10 e CPA-20 exigidos pelas instituições financeiras, se o bancário for aprovado
- **2016** – Bancários assinam, pela primeira vez, CCT válida por dois anos. A conquista mostrou ser muito importante diante da aprovação da reforma trabalhista de Temer
- **2018 e 2019** – Assinada CCT que garante por dois anos direitos ameaçados pela reforma trabalhista de Bolsonaro.
- **2020** – Bancários conquistam, na primeira campanha virtual, a manutenção dos direitos da CCT anterior, por dois anos.